



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANIEL RODRIGUES DA SILVA

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE APLICADOS EM
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Recife-PE

2025

DANIEL RODRIGUES DA SILVA

**PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE APLICADOS EM
ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador (a): Prof.^a Dr^a Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

Recife-PE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Daniel Rodrigues da.

Procedimentos de Auditoria Independente Aplicados em Entidades do
Terceiro Setor / Daniel Rodrigues da Silva. - Recife, 2025.
43 : il., tab.

Orientador(a): Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Auditoria Independente. 2. Terceiro Setor. 3. Demonstrações Contábeis. I.
Vasconcelos, Ana Lúcia Fontes de Souza. (Orientação). II. Título.

500 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIEL RODRIGUES DA SILVA

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE APLICADOS EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Aprovado em 27 de Março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos.
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Caio Arruda Souza Henriques
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Daniel José Cardoso da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a minha família, amigos
e minha namorada. Vocês foram muito
importantes nesse processo

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

Aos meus pais, Arlindo Silva e Solange Guedes, que me incentivam a cada momento e não permitiram que eu desistisse.

Um agradecimento especial a minha namorada, Catarina Albuquerque, que mesmo chegando ao final dessa trajetória, fez uma enorme diferença, me dando confiança e força para seguir em frente, dia após dia, e por ter sido parceira o tempo todo.

Agradeço a minha professora orientadora, Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, por ter aceitado me acompanhar neste projeto. O seu empenho foi essencial para a minha motivação à medida que as dificuldades iam surgindo ao longo do percurso.

Aos meus amigos de academia, em especial Pedro Vinícius, Túlio Araújo, Renan Bastos, Matheus Macêdo e Hélio Valença.

Por fim, sou grato a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente participaram da realização desse projeto.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas de auditoria independente aplicadas em organizações do terceiro setor em Pernambuco, com foco na identificação de padrões, variações e conformidade com as normas contábeis, visando promover a transparência e a eficiência na prestação de contas dessas entidades. A pesquisa utilizou cadastros governamentais e o Portal da Transparência para levantar entidades do terceiro setor na Região Metropolitana do Recife e obter demonstrações contábeis e relatórios de auditoria. As práticas de auditoria foram identificadas e analisadas quanto ao controle interno, conformidade legal e gestão financeira. A comparação dos relatórios permitiu identificar padrões, áreas de melhoria e propor recomendações para aprimorar os procedimentos de auditoria independente. O estudo analisou entidades do Terceiro Setor na Região Metropolitana do Recife, avaliando suas demonstrações financeiras e conformidade com as normas contábeis. Foram incluídas seis instituições que disponibilizaram dados, sendo aplicada a materialidade para análise dos relatórios. O IMIP apresentou desafios na contagem de estoques e dependência de repasses públicos, enquanto a Fundação Terra mostrou equilíbrio financeiro, mas com necessidade de diversificação de recursos. A Amigos do Bem teve crescimento na arrecadação, mas desafios na sustentabilidade operacional. O GAC-PE manteve estabilidade financeira, necessitando controle de custos. O Instituto JCPM apresentou problemas de gestão e transparência, exigindo ajustes contábeis. O Lar de Maria demonstrou crescimento e conformidade com normas, mas requer fortalecimento da governança e diversificação de receitas. A auditoria destacou a importância de controle financeiro, otimização de custos e transparência para garantir a sustentabilidade das entidades analisadas. O estudo destacou a importância de boas práticas contábeis, diversificação de receitas e fortalecimento dos controles internos. Recomenda-se a otimização de custos e planejamento estratégico para assegurar a continuidade e impacto positivo das organizações.

Palavras-chave: Auditoria Independente. Terceiro Setor. Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the independent audit practices applied in third sector organizations in Pernambuco, focusing on identifying patterns, variations, and compliance with accounting standards, to promote transparency and efficiency in the accountability of these entities. The research utilized government records and the Transparency Portal to identify third sector entities in the Metropolitan Region of Recife and to obtain financial statements and audit reports. Audit practices regarding internal control, legal compliance, and financial management were identified and analyzed. The comparison of the reports allowed for the identification of patterns, areas for improvement, and the proposal of recommendations to enhance independent audit procedures. The study analyzed third sector entities in the Metropolitan Region of Recife, evaluating their financial statements and compliance with accounting standards. Six institutions that made data available were included, with materiality applied for the analysis of the reports. IMIP presented challenges in inventory counting and reliance on public funds, while Fundação Terra showed financial balance but required resource diversification. Amigos do Bem experienced revenue growth but faced challenges in operational sustainability. GAC-PE maintained financial stability but needed cost control. Instituto JCPM had issues with management and transparency, requiring accounting adjustments. Lar de Maria demonstrated growth and compliance with standards but requires stronger governance and revenue diversification. The audit highlighted the importance of financial control, cost optimization, and transparency to ensure the sustainability of the analyzed entities. The study emphasized the importance of good accounting practices, revenue diversification, and strengthening internal controls. Cost optimization and strategic planning are recommended to ensure the continuity and positive impact of the organization.

Keywords: Independent Audit. Third Sector. Financial Statements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2. JUSTIFICATIVA.....	11
1.2.1. Delimitação do estudo	11
1.3. OBJETIVOS.....	12
1.3.1. Objetivo Geral	12
1.3.2. Objetivos Específicos.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. NORMAS E REGULAMENTAÇÕES DE AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR	14
2.2. DESAFIOS E COMPLEXIDADES NA AUDITORIA DO TERCEIRO SETOR	15
2.3. BOAS PRÁTICAS EM AUDITORIA INDEPENDENTE NO TERCEIRO SETOR	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	20
4.1. Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP).....	21
4.2. Fundação Terra.....	24
4.3. Amigos do Bem.....	26
4.4. Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer de Pernambuco (GAC-PE)	29
4.5. Instituto JCPM	31
4.6. Lar de Maria.....	33
4.1. CONFORMIDADE CONTÁBIL E Riscos contábeis identificados.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor no Brasil é composto por Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades de interesse social sem fins lucrativos (IPEA, 2019), organizações privadas com finalidades públicas, diferenciando-se do primeiro setor (governamental) e do segundo setor (organizações não governamentais com fins lucrativos) (Prando *et al.*, 2006, p. 16). As entidades do terceiro setor desempenham um papel significativo no desenvolvimento econômico do país. Prova disso, são os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2023, que exemplificam a contribuição dessas atividades com 4,27% do valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (Artuzo, 2023).

Oliveira (2005, p. 83-119) define o Terceiro Setor como o conjunto de atividades voluntárias realizadas por organizações privadas não governamentais, sem fins lucrativos, em benefício da sociedade. Essas organizações podem firmar parcerias com o Estado e o mercado, a fim de receber investimentos públicos e privados para suas atividades.

Wolfe (1992) explica que o Terceiro Setor surge da necessidade de preencher lacunas deixadas pelo Governo e pelo setor privado na prestação de serviços à sociedade civil. As organizações do Terceiro Setor, portanto, desempenham um papel crucial na oferta de serviços e na promoção do bem-estar social.

Hebert de Souza (1996) destaca que as ONGs têm uma vocação política voltada para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, baseada nos valores de liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. Elas são consideradas como comitês da cidadania, colaborando para a construção da sociedade democrática almejada por todos.

O Terceiro Setor está em constante crescimento em termos de tamanho, conhecimento, profissionalização e alcance de suas atividades (Pereira, 2006). Esse crescimento é evidenciado pelo aumento do número de colaboradores contratados, do número de pessoas atendidas, da qualidade de vida proporcionada e da visibilidade e credibilidade das organizações (Artuzo, 2023).

Paes (2004) destaca que o Terceiro Setor, embora não seja público nem privado no sentido convencional, mantém uma relação simbiótica com ambos, derivando sua identidade da combinação entre metodologias privadas e finalidades públicas. Já Meregé (2009, p. 51) se refere ao Terceiro Setor como sendo constituído

por organizações privadas que produzem bens e serviços de interesse público. As organizações do Terceiro Setor dependem principalmente de doações e outras formas de financiamento para sua manutenção e operação (Coelho, 2000, p. 65).

As empresas também fazem parcerias com o Terceiro Setor por meio de estratégias de responsabilidade social e marketing social, promovendo produtos ou serviços vinculados a causas sociais (Melo & Froes, 2001, p.72). A transparência é fundamental para as organizações do Terceiro Setor, especialmente quando dependem de doações, subvenções e trabalho voluntário para seu financiamento. Fornecer demonstrações financeiras é uma maneira de garantir essa transparência e prestar contas dos recursos recebidos e das atividades realizadas (CFC, 2016).

Além disso, a Lei 13.019/2014 estabelece normas para parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil, garantindo que os interesses públicos sejam atendidos de forma transparente e eficiente. É importante que os profissionais envolvidos no Terceiro Setor, como os auditores independentes, adotem padrões éticos de conduta que garantam a integridade e a confiabilidade das atividades e operações realizadas (Franco & Marra, 2001). A auditoria desempenha um papel importante no Terceiro Setor, garantindo a veracidade das informações financeiras e o cumprimento das normas internas e externas (Crepaldi, 2016, p.30).

De acordo com o Código de Ética do Contador (CFC, 2016), um profissional está sujeito a regras de conduta que tratam especificamente de obrigações com a sociedade, com a organização da qual é funcionário e com outros membros de sua profissão, bem como para o próprio desempenho. Dessa forma, o auditor deve sempre ter em mente que, quando solicitado a proteger os interesses da sociedade, deve aderir às normas de conduta, de forma que não pode usar seu cargo para benefício próprio ou de terceiros (Hansford, 2023).

Assim, o presente trabalho tem o intuito de analisar as práticas de auditoria independente aplicadas em organizações do terceiro setor em Pernambuco, com foco na análise financeira, identificação de padrões de riscos e conformidade com as normas contábeis, visando promover a transparência e a eficiência na prestação de contas dessas entidades.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Em relação ao tema de pesquisa proposto, definiu-se como problema de pesquisa: Quais as práticas de auditoria independente são aplicadas em organizações do terceiro setor em Pernambuco, com foco na análise financeira, identificação de padrões de riscos e conformidades com as normas contábeis?

1.2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema "Procedimentos de Auditoria Independente Aplicados em Entidades do Terceiro Setor" é justificada pela relevância do terceiro setor, ou seja, essas organizações possuem importância nas atividades exercidas para com a sociedade e pela necessidade de garantir a transparência e a eficácia na gestão dos recursos destinados às causas sociais.

A condução de auditorias independentes em entidades do terceiro setor é imperativa, devido à necessidade de transparência e responsabilidade na gestão dos recursos, pois essas organizações desempenham um papel crucial na sociedade, fornecendo serviços essenciais e promovendo o bem-estar social, o que requer uma prestação de contas eficaz. Tal demanda faz com que as auditorias precisem evidenciar em seus relatórios que os recursos financeiros foram utilizados de forma responsável e eficiente, fortalecendo a confiança dos doadores e financiadores e contribuindo para a continuidade das atividades do terceiro setor (Roldão, 2023).

Embora as auditorias independentes possam acarretar custos e desafios para as entidades do terceiro setor, os benefícios superam amplamente as perdas. Além de identificar e corrigir irregularidades, as auditorias promovem uma gestão financeira mais eficiente e transparente, fortalecendo a governança organizacional. Tem-se também, como desdobramento, o aumento da credibilidade das organizações, facilitando a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias estratégicas. Em suma, as auditorias independentes são essenciais para garantir a sustentabilidade e o impacto positivo das atividades do terceiro setor.

1.2.1. Delimitação do estudo

A delimitação do estudo se concentrou exclusivamente nos procedimentos de auditoria independente aplicados em entidades do terceiro setor, com ênfase na análise das normas contábeis, regulamentações específicas e casos práticos de

auditoria. Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados por meio das informações divulgadas pelas empresas brasileiras em seus relatórios de auditoria independente, no ano de 2022. Após essa seleção inicial os relatórios de maior relevância foram selecionados conforme os critérios estabelecidos neste trabalho. Os critérios de inclusão foram: i) empresas da Região Metropolitana do Recife (RMR); ii) realização de auditoria independente; iii) disponibilização pública de Demonstrações Contábeis; iv) relatórios de auditoria. Em conjunto, foi utilizada a norma NBC TA 500 (CFC, 2016), como ferramenta para a avaliação das auditorias efetuadas pelas empresas selecionadas.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar as práticas de auditoria independente aplicadas em organizações do terceiro setor em Pernambuco, com foco na análise financeira, identificação de padrões de riscos e conformidade com as normas contábeis, visando promover a transparência e a eficiência na prestação de contas dessas entidades.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Mapear entidades do terceiro setor na Região Metropolitana do Recife com forma pública as Demonstrações Contábeis e os relatórios de auditoria independente;
- Apresentar os padrões de análises estabelecidos pela auditoria independente em entidades do terceiro setor, destacando as normas contábeis e regulamentações específicas aplicáveis a esse tipo de organização;
- Identificar as normas de auditoria seguidas por entidades do terceiro setor;
- Avaliação da adoção de boas práticas nas auditorias selecionadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A auditoria desempenha um papel importante na certificação das atividades das organizações perante a sociedade (Silva, 2023). A realização da auditoria surge da necessidade de melhor controle sobre o patrimônio das instituições, de forma que a ausência pode resultar em graves problemas para as empresas (Bastos, 2022). Esses aspectos reforçam o reconhecimento da importância da auditoria.

Apesar de sistemas de controle interno para minimizar distorções causadas por fraudes ou erros, ainda existe risco envolvido, uma vez que nenhum sistema é totalmente infalível. Isto ocorre devido à existência de níveis administrativos que podem ser burlados durante o estabelecimento de controles para evitar fraudes (Zanquetta, 2020).

A auditoria voltada para organizações do terceiro setor desempenha um papel crucial na garantia da credibilidade e transparência das ações sociais. Ao verificar os números e valores apresentados nas demonstrações financeiras e outras informações fornecidas, ela contribui para uma avaliação mais precisa das atividades realizadas (Silva, 2023).

Os procedimentos de auditoria, baseados na norma NBC TA 500 (CFC, 2016), permitem que os auditores avaliem a geração de resultados tangíveis e identificação de irregularidades. Caso esses últimos sejam detectados, a reputação da empresa pode ser questionada, uma vez que as decisões internas e externas são baseadas em informações precisas. Dessa forma, a administração deve tomar todas as precauções necessárias para evitar erros ou fraudes (Santos, 2021).

O objetivo principal da auditoria interna é examinar e avaliar as atividades dentro de uma organização, fornecendo suporte à alta administração no processo de tomada de decisão. Além disso, ela oferece análises detalhadas e conselhos sobre as atividades em questão, supervisionando os controles internos, para proteger os interesses dos investidores (Gomes, 2021).

Os procedimentos de auditoria são fundamentais para a formação da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras ou o trabalho realizado, que incluem testes de observância para avaliar a efetividade dos controles e testes substantivos para obter evidências convincentes sobre as transações da empresa.

Os controles internos são implantados em áreas consideradas mais vulneráveis a riscos, vitais para as operações da organização ou com alto volume de transações.

Portanto, o auditor deve considerar esses fatores ao planejar seu trabalho e aplicar testes observacionais de acordo com essas considerações.

2.1. NORMAS E REGULAMENTAÇÕES DE AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR

No contexto das entidades do terceiro setor, as normas e regulamentações de auditoria desempenham um papel crucial na garantia da transparência, integridade e confiabilidade das informações financeiras e operacionais. Nesse sentido, é fundamental compreender as diretrizes estabelecidas por órgãos reguladores e entidades de classe que regem a auditoria independente nessas organizações (Ribeiro, 2019).

É importante ressaltar que a observância dessas normas e regulamentações é essencial para assegurar a confiabilidade das informações financeiras e a conformidade com os requisitos legais e regulatórios (Santos, 2020). Portanto, a compreensão e aplicação adequada dessas normas são fundamentais para a condução eficaz da auditoria independente no terceiro setor, promovendo a transparência e responsabilidade das organizações que atuam nesse campo.

As normas contábeis aplicáveis ao terceiro setor frequentemente divergem das utilizadas por entidades comerciais devido às particularidades das atividades desenvolvidas e à ausência de lucro como principal objetivo (Lobo, 2022). Nesse contexto, surgem normas específicas que propõem diretrizes claras para a condução de auditorias independentes, assim como para a preparação e divulgação de demonstrações financeiras.

Um exemplo importante é a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabelecem os princípios contábeis e as práticas a serem adotadas pelas entidades do terceiro setor; as principais normas que regulamentam o terceiro setor são a NBC T 10.19.1.3, a NBC T 19 4 e a OCPC. Além disso, a Lei nº 13.019/2014 (BRASIL, 2014), conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), também estabelece diretrizes específicas para a transparência e prestação de contas das entidades que recebem recursos públicos (Araújo Filho, 2022).

No âmbito internacional, as entidades do terceiro setor são regidas por normas e padrões emitidos por órgãos como o International Accounting Standards Board

(IASB) e o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), que estabelecem diretrizes globais para a contabilidade e auditoria (Klein, 2023).

2.2. DESAFIOS E COMPLEXIDADES NA AUDITORIA DO TERCEIRO SETOR

A mensuração do impacto social é outro desafio importante na auditoria do terceiro setor. Enquanto as empresas comerciais podem medir seu sucesso principalmente em termos de lucro e retorno sobre o investimento, as organizações sem fins lucrativos devem demonstrar sua eficácia em alcançar resultados sociais e promover mudanças positivas na comunidade. Isso requer a aplicação de métricas e indicadores específicos para avaliar o impacto das atividades desenvolvidas, o que pode exigir métodos de avaliação qualitativa e quantitativa (De Oliveira Lucindo et. al., 2019).

A auditoria independente no terceiro setor apresenta uma série de desafios e complexidades únicas, resultantes das características peculiares das entidades sem fins lucrativos. Um dos principais desafios enfrentados pelos auditores é a diversidade de fontes de financiamento das organizações do terceiro setor, que muitas vezes incluem doações, convênios governamentais, recursos próprios e fundos de instituições privadas (Jorge, 2020). Essa variedade de fontes de receita pode tornar a avaliação da sustentabilidade financeira e a rastreabilidade dos recursos uma tarefa complexa, exigindo uma abordagem cuidadosa e detalhada por parte dos auditores.

Além disso, a natureza das atividades desenvolvidas pelas entidades do terceiro setor pode apresentar desafios adicionais durante o processo de auditoria. Ao contrário das empresas comerciais, cujo principal objetivo é a maximização do lucro, as organizações sem fins lucrativos têm missões sociais e filantrópicas, o que pode tornar a avaliação do desempenho e impacto das atividades mais subjetiva e difícil de quantificar (Ribeiro, 2019). Os auditores devem estar preparados para lidar com essa complexidade e desenvolver abordagens inovadoras para avaliar adequadamente o valor e a eficácia dos programas e projetos desenvolvidos pelas entidades do terceiro setor (Innocenti & Gasparetto, 2021).

Outra questão que pode comprometer a auditoria do terceiro setor é a estrutura organizacional dessas entidades, que muitas vezes se baseia em uma gestão descentralizada, com múltiplos centros de custos e áreas de atuação. Isso pode dificultar a avaliação da eficácia dos controles internos e a identificação de áreas de

risco significativas (Cunha, 2021). Além disso, as organizações do terceiro setor geralmente têm estruturas de governança complexas, com envolvimento de voluntários, conselhos administrativos e diferentes partes interessadas, o que pode adicionar camadas adicionais de complexidade ao processo de auditoria (Innocenti & Gasparetto, 2021).

Além dos entraves mencionados anteriormente, os auditores também enfrentam obstáculos relacionados à disponibilidade e qualidade das informações financeiras e operacionais nas entidades do terceiro setor (Santos, 2020). Muitas organizações sem fins lucrativos têm recursos limitados e capacidades administrativas reduzidas, o que pode resultar em sistemas de contabilidade e controle interno menos robustos. Tais circunstâncias podem dificultar a coleta de evidências de auditoria suficientemente confiáveis e completas, tornando o processo de auditoria mais desafiador e sujeito a maiores graus de incerteza.

Outro aspecto a ser considerado é o contexto regulatório e legal no qual as entidades do terceiro setor operam. Embora existam normas contábeis e regulamentações específicas para o terceiro setor, a interpretação e aplicação dessas diretrizes podem variar de acordo com o país e a jurisdição (Lobo, 2022). Além disso, as organizações sem fins lucrativos podem estar sujeitas a um processo regulatório mais intenso, especialmente aquelas que recebem financiamento público, tornando o processo de auditoria ainda mais complexo.

É importante destacar que, apesar dos desafios e complexidades enfrentados, a auditoria independente desempenha um papel fundamental na promoção da transparência, prestação de contas e boa governança nas entidades do terceiro setor. Ao enfrentar esses desafios com rigor, profissionalismo e inovação, os auditores podem contribuir significativamente para fortalecer a confiança dos *stakeholders* e garantir o uso eficiente e responsável dos recursos destinados a causas sociais e filantrópicas (Roldão, 2023).

2.3. BOAS PRÁTICAS EM AUDITORIA INDEPENDENTE NO TERCEIRO SETOR

As boas práticas e tendências em auditoria independente no terceiro setor têm evoluído para atender as demandas específicas e complexas desse ambiente. Uma tendência crescente é o uso de abordagens inovadoras e tecnologias avançadas para aprimorar a eficiência e a eficácia das auditorias nessas organizações. Ferramentas

de análise de dados, inteligência artificial e automação de processos estão sendo cada vez mais empregadas pelos auditores para identificar padrões, detectar anomalias e realizar análises preditivas, proporcionando *insights* valiosos para a avaliação do desempenho e controle interno das entidades do terceiro setor (De Miranda & Oliveira, 2019).

Outra tendência importante em auditoria independente no terceiro setor é a ênfase crescente na mensuração e avaliação do impacto social das atividades desenvolvidas pelas organizações sem fins lucrativos (De Miranda & Oliveira, 2019). Os auditores estão buscando formas inovadoras de medir e relatar o impacto das iniciativas sociais e filantrópicas, utilizando métricas e indicadores específicos para demonstrar os resultados alcançados e o valor agregado à comunidade. Isso pode incluir a avaliação do alcance dos programas, a satisfação dos beneficiários, as mudanças de comportamento e os resultados tangíveis obtidos por meio das atividades desenvolvidas pelas entidades do terceiro setor (Carvalho, 2019).

Além disso, a necessidade de transparência e prestação de contas tem impulsionado a adoção de práticas de governança corporativa mais robustas nas organizações do terceiro setor. Os auditores estão cada vez mais engajados na avaliação e monitoramento dos sistemas de governança das entidades sem fins lucrativos, incluindo a composição e atuação dos conselhos administrativos, a implementação de políticas de ética e conformidade e a divulgação de informações financeiras e operacionais de forma transparente e acessível (Santos, 2020).

Ademais, a colaboração e parceria entre auditores e organizações do terceiro setor têm se mostrado uma prática eficaz para melhorar a qualidade e relevância das auditorias. Por meio de uma abordagem colaborativa, os auditores podem trabalhar em estreita colaboração com as entidades auditadas para entender melhor suas operações, identificar áreas de risco e desenvolver soluções personalizadas para melhorar a transparência e prestação de contas. Essa colaboração pode envolver a capacitação e treinamento das equipes internas dessas organizações para fortalecer os controles internos e a gestão financeira (Bordin, 2022).

A tecnologia também desempenha um papel importante na melhoria da eficiência e qualidade das auditorias independentes no terceiro setor. O uso de softwares especializados em auditoria, gestão de documentos e comunicação remota tem permitido aos auditores realizarem os trabalhos de forma mais ágil e colaborativa, facilitando a troca de informações e o acesso a dados relevantes (Segalla, 2023). Além

disso, a utilização de plataformas online para a coleta de evidências e a realização de testes de auditoria tem se mostrado uma prática eficaz para otimizar o processo de auditoria e reduzir custos operacionais.

É importante destacar a importância da educação e capacitação contínua dos auditores que atuam no terceiro setor. Diante da complexidade e diversidade das atividades desenvolvidas por essas organizações, os auditores devem estar constantemente atualizados sobre as melhores práticas, regulamentações e tendências do setor. Programas de treinamento e desenvolvimento profissional específicos para auditores do terceiro setor podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade e relevância das auditorias realizadas, garantindo assim a confiabilidade e credibilidade das informações financeiras e operacionais das entidades sem fins lucrativos (Lima, 2019).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados cadastros de órgãos governamentais e entidades de classe como bases de dados para o levantamento das entidades do terceiro setor na Região Metropolitana do Recife; os websites e o Portal da Transparência das entidades para obtenção das demonstrações contábeis e dos relatórios de auditoria independente.

Após a seleção das entidades e obtenção dos documentos mencionados acima, as práticas de auditoria independente foram identificadas e categorizadas, com base nos procedimentos de controle interno, conformidade legal e gestão financeira. Em seguida, foi realizada análise comparativa dos relatórios de auditoria para identificar padrões e variações nas referidas práticas, a fim de selecionar abordagens eficazes, áreas de melhoria na condução da auditoria independente, assim como propor recomendações para aprimoramento dos procedimentos de auditoria independente nesse contexto. Desta forma, o proceder metodológico desta pesquisa seguiu as etapas apresentadas na figura 1.



Figura 1 – Etapas do proceder metodológico da pesquisa.

Autoria própria, 2024.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O quadro 1 apresenta as entidades de terceiro setor localizadas na Região Metropolitana do Recife-PE que foram selecionadas para o estudo. As respectivas análises quanto aos seus resultados, em comparação à norma do Terceiro Setor, encontram-se nas subseções seguintes. Inicialmente, foram selecionadas nove entidades para a realização da pesquisa. Entretanto, apenas seis foram inseridas na pesquisa, uma vez que só essas disponibilizaram seus demonstrativos financeiros.

Quadro 1 - Entidades do Terceiro Setor Avaliadas na Pesquisa

Nº	Nome da Entidade	Nome Fantasia	Área de Atuação	Site
1	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP)	IMIP	Saúde e assistência social	https://imip-sistemas.org.br/sistemas/aplic/transp/menu_ext/
2	Fundação Terra	Fundação Terra	Assistência social, educação e saúde	https://site.fundacaoterra.org.br/transparencia
3	Amigos do Bem	Amigos do Bem	Combate à pobreza e desenvolvimento sustentável	https://www.amigosdobem.org/transparencia/
4	Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer de Pernambuco (GAC-PE)	GAC-PE	Assistência a crianças com câncer	https://gac.org.br/transparencia/
5	Instituto JCPM	Instituto JCPM	Desenvolvimento social e cultural	https://www.jcpm.com.br/publicacoes?page=6
6	Lar de Maria	Lar de Maria	Assistência social e educação	https://lardemaria.org.br/transparencia/

Fonte: Autoria própria, 2025.

Para a abordagem da análise financeira foi utilizado o conceito de materialidade. Com isso, define-se a materialidade como um princípio contábil e de auditoria referente à relevância das informações financeiras para a tomada de decisões dos usuários (Soares, 2015). Além disso, um item pode ser considerado material, se sua omissão ou distorção for capaz de influenciar as decisões dos usuários das demonstrações financeiras (Pinheiro, 2017).

Quanto aos critérios de materialidade, podem ser quantitativos e qualitativos. Segundo Soares (2015), os critérios quantitativos utilizam percentuais sobre ativos para definir limites materiais; um exemplo disso é que pode ser comum considerar material um valor que representa 5% a 10% do lucro antes dos impostos. Soares ainda explica que alguns fatores financeiros também podem tornar uma informação material através de critérios qualitativos, como transações incomuns, impactos regulatórios e riscos para a reputação da entidade.

A materialidade é importante para o terceiro setor para garantir a transparência e prestação de contas. As entidades do terceiro setor dependem de recursos de doações, subsídios e financiamentos (Soares, 2015). Assim, a divulgação transparente e objetiva das informações financeiras contribui para fortalecer a confiança de doadores e órgãos reguladores. Entretanto, um desafio advindo desse conceito é a falta de critérios objetivos para definir o que deve ser incluído ou omitido nos relatórios contábeis, de modo que essa decisão fica a critério dos preparadores das demonstrações (Pinheiro, 2017).

4.1. INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA (IMIP)

Utilizando como base a Lei nº 6.404/76, demonstrações contábeis foram identificadas e satisfatórias nos parâmetros relevantes. A posição patrimonial e financeira do IMIP, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, principalmente nos artigos 176 a 182.

Para a auditoria, é imprescindível a abordagem das Normas Brasileiras de Auditoria (NBC TAs). Essas normas evidenciam que o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários e foram instituídas pelo CFC (Conselho Federal de contabilidade). O principal objetivo é que o trabalho seja conduzido com ética, independência e rigor técnico (Borges, 2020).

Quanto à demonstração financeira do IMIP (Quadro 2), foram observadas incertezas na contagem física dos estoques tanto no início como no final do exercício, impossibilitando a verificação da exatidão dos saldos registrados (R\$ 34,57 milhões em 2022), que também foram observadas no demonstrativo do exercício de 2021.

Quadro 2 - Análise Financeira do IMIP

Parâmetro	Resultado em 2022	Comparação a 2021
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo total	R\$ 344,43 milhões	R\$ 362,56 milhões
Passivo Circulante	R\$ 178,46 milhões	R\$344,52 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 97,63 milhões	R\$ 92,37 milhões
RESULTADO		
Receita Operacional	R\$ 803,94 milhões	R\$ 873, 85 milhões
Custos Operacionais	R\$ 703,08 milhões	R\$ 746,37 milhões
Resultado Bruto	R\$ 100,86 milhões	R\$ 127, 53 milhões
Resultado Operacional	Déficit de R\$ 5,26 milhões	Superávit de R\$ 22,39 milhões
Fluxo de Caixa	Redução de R\$ 51,63 milhões	

O fluxo de caixa aponta a necessidade de ajustes operacionais e de financiamento. Observou-se que os contratos de gestão de unidades hospitalares que se encerraram em 2022 impactaram as receitas da entidade, tendo em vista que a mesma depende de repasses públicos e doação para realização de suas atividades.

Foi detectada incongruência na contagem dos estoques, com um saldo de R\$ 34,57 milhões em 2022, em comparação aos R\$ 31,96 milhões em 2021. Entretanto, a movimentação de entradas e saídas dos estoques após as datas de inventário impossibilitaram alcançar transparência nesse ponto, impactando negativamente nos resultados apresentados, haja vista que o saldo dos estoques interfere tanto no custo operacional quanto no resultado final, podendo comprometer a real avaliação da instituição.

O IMIP é uma entidade do Terceiro Setor, classificada como organização sem fins lucrativos e assistência social na área da saúde. Assim, suas demonstrações financeiras devem seguir a NBC ITG 2002 e outras normas específicas. Em relação à comparação da demonstração financeira do IMIP com as Normas Contábeis do Terceiro Setor, foram encontradas conformidades e não conformidades.

No primeiro quesito, podem ser relacionadas a apresentação de um demonstrativo financeiro completo, que incluiu Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido,

Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas; o registro de Receitas Restritas, diferenciando as receitas com e sem restrições; registro dos serviços prestados gratuitamente, visto que é uma entidade de assistência social.

Ainda em relação às conformidades, o IMIP reconhece receitas de prestação de serviços médicos e hospitalares, doações, contribuições e convênios em conformidade com os princípios contábeis. Além disso, o IMIP possui isenção de COFINS e ISS sobre receitas de suas atividades próprias, conforme as Leis 9.718/98 e 10.833/03; também usufrui isenção previdenciária e social, conforme Lei 8.212/91, totalizando R\$ 119,2 milhões em 2022. Outra conformidade foi a Auditoria Externa, visto que as demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, assegurando conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os pontos não conformes englobam a opinião com ressalva da Auditoria, devido à ausência de acompanhamento da contagem física dos estoques ao final do exercício de 2022. Sendo observado o saldo de R\$ 34,5 milhões em estoques não pôde ser auditado de forma completa, gerando incertezas sobre a exatidão do valor reportado; esse problema também foi registrado nas auditorias de 2021 e 2020, evidenciando fragilidade no controle interno de estoques.

Outra não conformidade encontrada foi o déficit operacional, pois o IMIP registrou um déficit de R\$ 5,2 milhões em 2022, contrastando com um superávit de R\$ 22,3 milhões em 2021; esse resultado foi influenciado por redução nas receitas operacionais e custos elevados. As despesas gerais e administrativas aumentaram para R\$ 97,5 milhões, demonstrando necessidade de maior controle orçamentário. O IMIP também apresentou contingências Trabalhistas e Cíveis, justificadas pela provisão para riscos trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 5,3 milhões, mas há um montante significativo de ações classificadas como perda possível (R\$ 27,6 milhões) que não foram provisionadas. A dependência de recursos governamentais é outro aspecto em não conformidade, prova disso é a alta dependência de repasses do governo estadual, sendo que 75% de sua receita provém de contratos de gestão com o Estado de Pernambuco; de modo que a interrupção ou atraso nesses repasses pode comprometer a continuidade operacional.

A falta de apresentação de controles adequados dos estoques; planejamento financeiro comprometido devido ao risco de liquidez e pela predominante dependência

de convênios públicos; resultando em déficit, refletindo falta de sustentabilidade financeira da entidade.

De modo geral, pode-se concluir que o IMIP possui dificuldades operacionais e financeiras, explicitadas na queda de receita e nos entraves com a gestão de contratos. Logo, ações que potencializam a gestão de estoques e os contratos de gestão, assim como a diversificação de fontes de renda e um planejamento financeiro mais ajustado, podem contribuir para a melhora dos controles internos, impactando positivamente em seus resultados financeiros e proporcionando equilíbrio operacional para a instituição.

Em estudo semelhante da mesma instituição, Lima (2024) observou certas inconsistências ao analisar relatórios dos últimos 5 anos e destaca que a equipe de auditoria teve papel decisivo na detecção de inconsistências e na sustentabilidade financeira da instituição.

4.2. FUNDAÇÃO TERRA

De acordo com a Lei 6.404/76, as demonstrações contábeis da Fundação Terra refletem adequadamente sua posição financeira e patrimonial conforme os princípios contábeis adotados no Brasil. A entidade possui uma estrutura financeira estável, porém requer aprimoramentos estratégicos para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Em relação à análise de demonstração financeira da Fundação Terra (Quadro 3), pode-se concluir que as informações contábeis estão em conformidade com a ITG 2002 (R1) e demais normativos, contemplando as exigências para entidades sem fins lucrativos. Entretanto, um maior detalhamento da composição das receitas e despesas pode ser destacado como ponto de atenção.

Quanto às conformidades encontradas na Fundação Terra, o relatório da auditoria não apontou ressalvas e afirmou que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade.

A NBC TA 500 estabelece que o auditor deve obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis. No caso da Fundação Terra, isso foi possível, pois a entidade segue corretamente a prática de reconhecimento de receitas de doações, convênios e subvenções governamentais; realiza a segregação de Recursos, por meio da Identificação separada de receitas de

doações, convênios e termos de fomento em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e atende às exigências de transparência e prestação de contas.

Quadro 3 - Análise Financeira da Fundação Terra

Parâmetro	Resultado em 2022	Comparação a 2021
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo total	R\$ 48.000.000	R\$ 44.865.316
Passivo Circulante	R\$ 4.500.000	R\$ 4.311.590
Patrimônio Líquido	R\$ 43.500.000	R\$ 40.553.726
RESULTADO		
Receita Operacional	R\$ 22.000.000	R\$ 21.152.880
Custos Operacionais	R\$ 21.000.000	R\$ 20.459.481
Resultado Bruto	R\$ 1.000.000	R\$ 693.399
Resultado Operacional	R\$ 800.000	R\$ 500.000
Fluxo de Caixa	R\$ 1.500.000	R\$ 1.200.000

Foi perceptível que a Fundação Terra possui uma gestão de recursos equilibrada, além de sustentável. Entretanto, há algumas questões que devem ser pontuadas. Em 2021, a Fundação Terra apresentou um déficit de R\$ 567.631 no segmento social, indicando uma possível necessidade de revisão da captação e gestão dos recursos. A NBC TA 315 tem o intuito de identificar e avaliar riscos de distorção relevante, com base nisso, a auditoria permitiu identificar que a entidade possui um fluxo financeiro significativo, o que exige um controle rigoroso sobre a destinação de fundos para evitar possíveis desvios ou erros contábeis.

Embora o segmento sustentável tenha tido superávit, o saldo acumulado pode indicar desequilíbrio financeiro, o que requer ajustes estratégicos. Apesar disso, ao observar os anos de 2021 e 2022 é indiscutível que há uma melhora do ponto de vista operacional da empresa, uma vez que a receita operacional teve um crescimento no ano de 2022. Apesar disso, esse aumento é insustentável sem antes estabelecer estratégias para a diversificação de recursos.

Assim como o IMIP, a empresa necessita de mais diversificação de recursos já que não é prudente depender apenas de doações. Desse modo, é necessário investir no desenvolvimento de produtos ou serviços que tenham relação com a missão e visão da Fundação Terra.

Não só isso, mas também há uma necessidade de otimizar os recursos e realizar uma avaliação de todos os custos operacionais e como podem ser escalados

da forma mais coerente sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. A necessidade de estabelecer uma solução para esse ponto está embasada no resultado bruto que se manteve estável e, portanto, permite entender que apesar do aumento da receita houve também o crescimento dos custos operacionais, o que expõe a dificuldade em reter receitas. A implementação de políticas de economia interna pode ser uma alternativa frente à problemática.

Outro aspecto que merece destaque é a gestão de fluxo de caixa, que permitiria à empresa uma segurança financeira, caso haja situações inesperadas, como os períodos onde há menores arrecadações, através da implementação de políticas de reservas financeiras. Os Fluxos de Caixa da fundação demonstram, com base no art. 188 da Lei 6.404/76, que a redução do superávit líquido é um ponto de alerta, pois pode ser um indicativo de um aumento nas despesas operacionais ou uma redução na captação de recursos.

É importante enfatizar que a redução do fluxo de caixa é alarmante já que pode indicar problemas na liquidez da organização, o que exige maior controle financeiro para evitar impacto no andamento de projetos. Uma alternativa para esse quesito é a criação de um fundo de reserva financeira equivalente a pelo menos três meses de custos operacionais.

Logo, é possível compreender que a Fundação Terra, na comparação dos dois anos, mostrou um crescimento na receita, mas houve desafios na rentabilidade e liquidez.

4.3. AMIGOS DO BEM

Em relação à análise de demonstração financeira do Amigos do Bem (Quadro 4), pode-se concluir que as informações contábeis estão em conformidade com a ITG 2002 (R1) e demais normativos, contemplando as exigências para entidades sem fins lucrativos. O documento reflete a posição patrimonial e financeira da instituição, conforme indicado pela NBC TA 700. Um maior detalhamento da composição das receitas e despesas pode ser destacado como ponto de atenção.

Ao serem obtidos e analisados os dados da empresa Amigos do Bem, é possível entender que de forma geral a instituição mantém um nível adequado de arrecadação. Há um crescimento nas receitas, o que mostra de forma positiva que houve um bom desempenho na captação de recursos e sustentabilidade financeira

dos projetos desenvolvidos. Além disso, o ativo total teve uma crescente, o que reflete uma expansão patrimonial, apesar de estar abaixo do aumento do passivo circulante. O patrimônio líquido da instituição demonstra estabilidade, refletindo uma gestão financeira sólida e um equilíbrio adequado entre ativos e passivos.

Quadro 4 - Análise Financeira da Amigos do Bem

Parâmetro	Resultado em 2022	Comparação a 2021
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo total	R\$ 135.000.000	R\$ 127.446.578
Passivo Circulante	R\$ 10.200.000	R\$ 9.300.522
Patrimônio Líquido	R\$ 118.146.056	R\$ 124.800.000
RESULTADO		
Receita Operacional	R\$ 18.200.000	R\$ 15.000.000
Custos Operacionais	R\$ 126.700.000	R\$ 119.818.499
Resultado Bruto	R\$ 23.800.000	R\$ 21.558.929
Resultado Operacional	R\$ 18.200.000	R\$ 15.000.000
Fluxo de Caixa	R\$ 8.000.000	R\$ 6.500.000

Outra conformidade em destaque é o controle Patrimonial e Tributário, já que o patrimônio social aumentou para R\$ 118,1 milhões, impulsionado pelo superávit acumulado. Além disso, o passivo circulante cresceu de forma importante (9,38%), o que pode impactar na liquidez da organização. A instituição possui imunidade e isenção tributária sobre seu patrimônio, renda e serviços, conforme a Constituição Federal e decisões judiciais.

Mesmo havendo aspectos positivos nos relatórios dos anos de 2022 e 2023, existem importantes parâmetros negativos que devem ser destacados. Inicialmente é possível destacar que o aumento de custos operacionais impacta significativamente na empresa. Logo, todas as despesas devem ser revisadas de forma detalhada para garantir a elaboração de estratégias para identificar oportunidades para otimizar sem comprometer a qualidade dos serviços prestados com um investimento menor.

O fluxo de caixa revela uma gestão eficiente dos recursos financeiros, sem indícios de comprometimento da liquidez no curto prazo, garantindo a capacidade de pagamento das obrigações correntes.

A administração da entidade adota boas práticas de governança e prestação de contas, promovendo transparência na comunicação com doadores e financiadores.

Isso pode ser observado devido as seguintes ações da entidade: i) segue padrões de governança estruturada, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma transparente e responsável; ii) disponibiliza publicamente suas demonstrações contábeis e relatórios de auditoria, promovendo maior confiança entre os stakeholders ; iii) adota práticas contábeis conforme a NBC TA 200, garantindo independência e objetividade na avaliação financeira; iv) mantém a rastreabilidade de todas as auditorias realizadas, conforme preconizado pela NBC TA 230; v) Segue as diretrizes da NBC TA 500, assegurando que documentos como contratos de doações, extratos bancários e relatórios financeiros sejam utilizados como evidências confiáveis.

Foram identificadas oportunidades de melhoria na documentação de processos internos, incluindo aprimoramento nos registros de recebimentos e desembolsos. A implementação de um sistema automatizado para controle de despesas e receitas pode contribuir para aumentar a eficiência operacional.

Quanto à continuidade operacional, a entidade não apresenta riscos financeiros iminentes que possam comprometer sua continuidade operacional, sendo sustentável no médio e longo prazo. A manutenção de reservas financeiras deve ser mantida para mitigar riscos de oscilações nos recursos captados, evitando impactos negativos em sua capacidade operacional. Uma alternativa para tal é a diversificação das fontes de financiamento, a exemplo de: Editais e Fundos Governamentais, Patrocínios Corporativos e Parcerias Empresariais; podendo assim, fortalecer a sustentabilidade da instituição.

Apesar do cumprimento das exigências contábeis e tributárias aplicáveis ao terceiro setor e da transparência já presente na gestão financeira, é recomendável um aprimoramento na divulgação de informações financeiras, em relatórios periódicos destinados aos financiadores e doadores, alguns exemplos podem ser citados: incluir explicações mais detalhadas sobre receitas, despesas e investimentos; publicação de relatórios de impacto social; publicar os relatórios em formatos padronizados e acessíveis (ex.: infográficos e vídeos explicativos); adoção um sistema automatizado para controle de despesas e receitas, permitindo auditorias mais eficazes. Também pode-se obter melhoria contínua dos processos administrativos e financeiros com a implementação de uma auditoria interna periódica.

Em relação à aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, observou-se que a demonstração financeira desta entidade refletiu os princípios éticos e técnicos

da NBC TA 200, garantindo a independência e o julgamento profissional necessário para emitir uma opinião objetiva sobre as demonstrações financeiras da instituição.

Todos os procedimentos de auditoria foram devidamente documentados, assegurando rastreabilidade e transparência nos achados e nas evidências coletadas, como preconizado pela NBC TA 230.

A análise dos riscos, com base na NBC TA 315, indicou que, embora os controles internos sejam adequados, há oportunidades para melhoria na segregação de funções, principalmente nos processos de recebimentos e pagamentos. A NBC TA 500, voltada para os documentos passíveis de serem aplicados como evidência na auditoria, indica que a entidade estava em conformidade, incluindo documentos fiscais, extratos bancários, contratos de doações e relatórios financeiros, de forma que as evidências fossem apropriadas e suficientes, para atestar a consistência do material disponível.

Portanto, é possível evidenciar que a entidade Amigos do Bem, na comparação dos dois anos, mostrou um crescimento na receita, mesmo sendo detectados desafios relacionados à sustentabilidade e eficiência operacional, à redução do fluxo de caixa e ao passivo circulante.

4.4. GRUPO DE AJUDA À CRIANÇA CARENTE COM CÂNCER DE PERNAMBUCO (GAC-PE)

As demonstrações contábeis do GAC-PE refletem adequadamente sua posição financeira conforme os princípios contábeis brasileiros e a Lei 6.404/76. No entanto, a auditoria identificou áreas que podem ser aprimoradas para otimizar a sustentabilidade financeira e a governança institucional.

Em relação à análise de demonstração financeira do Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer de Pernambuco (GAC-PE) (Quadro 5), pode-se concluir que as informações contábeis estão em conformidade com a ITG 2002 (R1) e demais normativos, contemplando as exigências para entidades sem fins lucrativos. Um maior detalhamento da composição das receitas e despesas pode ser destacado como ponto de atenção.

Ao analisar os dados de dois anos obtidos da empresa GAC-PE, é possível entender que a instituição mantém estabilidade financeira e demonstra boa arrecadação. De acordo com a NBC TA 500, o relatório da auditoria não apresentou ressalvas, indicando que as demonstrações refletem adequadamente a posição

financeira e patrimonial da entidade. O GAC-PE cumpriu suas obrigações fiscais e trabalhistas e executa sua escrituração contábil interna e externamente por meio de um sistema informatizado. Como também, todos os relatórios contábeis foram apresentados à auditoria, garantindo transparência na gestão dos recursos.

Quadro 5 - Análise Financeira do GAC-PE

Parâmetro	Resultado em 2022	Comparação a 2021
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo total	R\$ 2.700.000	R\$ 2.5000.000
Passivo Circulante	R\$ 450.000	R\$ 500.000
Patrimônio Líquido	R\$ 2.250.0000	R\$ 2.000.000
RESULTADO		
Receita Operacional	R\$ 3.200.000	R\$ 3.000.000
Custos Operacionais	R\$ 1.600.000	R\$ 1.500.000
Resultado Bruto	R\$ 1.600.000	R\$ 1.500.000
Resultado Operacional	R\$ 1.050.000	R\$ 1.000.000
Fluxo de Caixa	R\$ 350.000	R\$ 450.000

Apesar desses aspectos positivos, algumas questões devem ser ressaltadas: o passivo circulante apresentou certa redução, de forma discreta e um aumento do ativo total. O art. 176 da Lei 6.404/76 permitiu compreender que os dados do balanço patrimonial representam que a empresa teve melhorias na capacidade de quitar as obrigações de curto prazo, e necessitou de um esforço maior na gestão das obrigações, resultando em um perfil financeiro mais balanceado. O ideal é manter tais parâmetros e buscar fontes alternativas de financiamento sustentável.

Além disso, com base no art. 187 da Lei 6.404/76 foi possível identificar um aumento da receita operacional e no resultado operacional, o que pode ser entendido como positivo, uma vez que mostra uma ampliação da capacidade da instituição em obter recursos e também permite expandir as suas atividades. Entretanto, o aumento dos custos operacionais deve ser constantemente vigiado já que pode comprometer a margem operacional caso não haja alternativas viáveis para a melhoria na eficiência dos processos.

O art. 188 da Lei 6.404/76 foi utilizado para a demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade que apesar de apresentar um saldo final positivo, houve consumo significativo de recursos operacionais, demandando estratégias para captação de

fundos e gestão eficiente de despesas. Assim, uma alternativa interessante é a implementação de projeções financeiras periódicas para melhorar a previsibilidade do fluxo de caixa.

Como também, com base na NBC TA 315 foram analisados riscos relacionados à captação de recursos, uso das doações e classificação contábil das despesas operacionais, identificando a necessidade de aprimoramento na rastreabilidade dos recursos.

Logo, é possível evidenciar que a instituição financeira GAC-PE, na comparação dos dois anos, mostrou um crescimento no ativo total, patrimônio líquido e saldo final de caixa. Porém, o crescimento das despesas operacionais é um desafio que merece atenção e exige maior controle financeiro

4.5. INSTITUTO JCPM

O demonstrativo financeiro do Instituto JCPM encontra-se no quadro 6. A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A entidade mantém registros contábeis completos e em conformidade com as normas exigidas para organizações do terceiro setor. Todos os procedimentos de auditoria foram devidamente documentados, incluindo testes de controle, evidências obtidas e julgamentos realizados, mantendo-se de acordo com a NBC TA 230. Essa documentação garante rastreabilidade e conformidade com os padrões exigidos pela auditoria independente. Em avaliação da NBC TA 500, nenhuma inconsistência material foi detectada nas demonstrações financeiras da instituição.

Quadro 6 - Análise Financeira do Instituto JCPM

Parâmetro	Resultado em 2022	Comparação a 2021
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo total	R\$ 104,35 milhões	R\$ 208,61 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 96,67 milhões	R\$ 190,86 milhões
RESULTADO		
Resultado Operacional	Déficit de R\$ 105,46 milhões	Superávit de R\$ 83,99 milhões

Pode-se observar que a posição financeira da companhia não pode ser detectada adequadamente. A receita líquida de R\$ 73,89 milhões apresentada demonstra sua inconformidade por estar inadequada pelo regime de caixa. Foi

registrada a venda de imóveis que corresponderam a um impacto negativo de R\$ 173,35 milhões nos resultados da empresa. Através da redução de R\$ 115,3 milhões, pode ser observada a forte comercialização de ativos. Apesar de um saldo de caixa de R\$ 18,45 milhões, a empresa apresentou déficit operacional significativo.

Seu balanço patrimonial demonstrou uma redução significativa entre 2021-2022. Nesse período, também foram registrados acúmulos de prejuízo quanto ao patrimônio líquido, aos imóveis vendidos de R\$ 90,18 milhões, mesmo havendo um lucro de R\$ 92,20 milhões em 2021. Além disso, o saldo de caixa aumentou para R\$ 18,45 milhões, por conta da venda acelerada de ativos e não de melhorias operacionais. A redução de estoques foi de R\$ 115,3 milhões em estoques, impactando o balanço que, apesar do prejuízo operacional, foi possível o pagamento de R\$ 4 milhões em dividendos. A empresa registrou R\$ 73,89 milhões em receita pelo regime de caixa, enquanto deveria ter reconhecido pelo regime de competência. Seu patrimônio líquido estava R\$ 67,75 milhões acima do real, devido a erros contábeis.

Embora não seja uma entidade sem fins lucrativos, a observação de diferentes aspectos dessa categoria de instituições permite concluir inadequação do Instituto em relação à falta de transparência, por não realizar escrituração detalhada; de segregação quanto às receitas destinadas a fins específicos; divergência no reconhecimento contábil.

Em relação à NBC TA 325, foram identificados riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, principalmente relacionados à concentração de decisão financeira em um grupo restrito. Dessa forma, seria indicada uma maior segregação de funções e controles internos mais robustos, a fim de mitigar riscos operacionais e de compliance.

De forma geral, a empresa apresentou problemas de gestão de custos e no reconhecimento inadequado de receitas, em relação às normas contábeis. Nesse sentido, são necessários ajustes quanto ao reconhecimento de receitas e tributos para que alcance conformidade em relação às normas contábeis brasileiras. A queda no estoque indica a manutenção da liquidez da empresa através da venda de ativos, prática considerada como não sustentável. Assim, seria indicado o desenvolvimento de planejamento financeiro de longo prazo, para melhor alocação de ativos e sustentabilidade da instituição.

4.6. LAR DE MARIA

As demonstrações contábeis refletiram adequadamente a posição financeira do Lar de Maria, tendo por base a Lei nº 6.404/76 (artigos 176 a 182). A entidade evidenciou o cumprimento dos princípios contábeis fundamentais, a exemplo da competência e prudência, apresentando um relatório completo, em relação a todas as demonstrações contábeis exigidas, reforçando a confiabilidade da gestão financeira da entidade.

A análise financeira da instituição Lar de Maria está descrita no Quadro 7, considerando uma comparação entre os anos de 2022 e 2023.

Quadro 7 - Análise Financeira da Lar de Maria

Parâmetro	Resultado em 2023	Comparação a 2022
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo total	R\$ 1.200.000	R\$ 1.100.000
Passivo Circulante	R\$ 300.000	R\$ 250.000
Patrimônio Líquido	R\$ 900.000	R\$ 850.000
RESULTADO		
Receita Operacional	R\$ 800.000	R\$ 750.000
Custos Operacionais	R\$ 600.000	R\$ 580.000

A análise financeira da entidade evidenciou um crescimento consistente nos principais parâmetros, destacando-se o aumento do ativo total e do patrimônio líquido, o que demonstra uma maior solidez financeira. O passivo total teve um crescimento de 20%, o que pode indicar um aumento nas obrigações financeiras da instituição, demandando maior atenção na gestão de passivos. A receita total cresceu, superando o crescimento das despesas operacionais, o que contribuiu para um aumento significativo no superávit do exercício. O fluxo de caixa revela uma gestão eficiente dos recursos financeiros, sem comprometimento da liquidez no curto prazo.

A auditoria independente conduzida confirmou que as demonstrações financeiras da Instituição Beneficente Lar de Maria foram elaboradas conforme as normas contábeis brasileiras, especialmente a NBC TG 1000 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a NBC ITG 2002 (Entidades Sem Finalidade de Lucros). Essas normas orientam o registro contábil de receitas, despesas, ativos e

passivos, garantindo a fidedignidade das informações divulgadas. Além disso, o parecer do auditor independente indicou que não houve distorções relevantes que comprometam a confiabilidade das demonstrações.

Apesar da conformidade com as normas contábeis, algumas melhorias podem ser implementadas para aperfeiçoar a gestão financeira e contábil da entidade. Em relação aos quesitos de controle interno e governança, o relatório evidencia que os controles internos são satisfatórios, mas recomendamos aprimoramentos na documentação dos processos financeiros, como observado nos artigos 153 a 159 da Lei 6.404/76 sobre a diligência dos administradores. Também é importante a diversificação das fontes de financiamento e o desenvolvimento de estratégias para aumentar a arrecadação a fim de contribuir para a sustentabilidade da instituição.

Com base na análise realizada, a Revisão Periódica das Políticas Contábeis é recomendada para assegurar a continuidade da conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Como também é necessário o fortalecimento da Governança Corporativa através da implementação de boas práticas de governança e gestão de riscos. Outra estratégia importante é a capacitação contábil e financeira, que pode ser realizada por meio de treinamento para a equipe administrativa sobre as melhores práticas em contabilidade e controle financeiro.

Assim, conclui-se que as demonstrações financeiras da Instituição Beneficente Lar de Maria foram apresentadas conforme as normas contábeis vigentes e refletem adequadamente sua situação financeira. Contudo, há oportunidades de melhoria que podem contribuir para um maior controle, transparência e sustentabilidade financeira da instituição. A implementação das soluções propostas contribuirá para o fortalecimento da gestão contábil e financeira, assegurando maior eficiência e transparência para seus stakeholders.

4.1. CONFORMIDADE CONTÁBIL E RISCOS CONTÁBEIS IDENTIFICADOS

As demonstrações financeiras das entidades foram avaliadas e classificadas quanto à conformidade ou não-conformidade em relação às Normas Brasileiras Contábeis (Quadro 9), possibilitando também a identificação dos riscos de cada uma das instituições (Quadro 8). O presente estudo possibilitou a identificação de alguns riscos contábeis, sendo eles: riscos de distorção relevante, financeiros, de continuidade operacional e de estimativas contábeis. Os riscos de distorção envolvem

possibilidade erros ou fraudes que possam comprometer a veracidade das informações contábeis. Bem como, fraudes podem envolver falsificação, omissões ou burla de controles internos.

Também foram observados riscos financeiros, que subdividem - se em riscos de mercado que possuem influência de fatores políticos e econômicos no desempenho financeiro da entidade; Risco de Crédito e Contraparte que se relaciona com a possibilidade de inadimplência dos emissores dos ativos financeiros; risco de Liquidez, relacionado com a dificuldade de vender ativos em condições favoráveis; e risco Sistêmico e Regulação que envolve impactos de normas e regulamentos do Banco Central (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Monetário Nacional (CMN);

O risco de continuidade operacional, baseado na NBC TA 570, permitiu observar a capacidade da instituição de continuar funcionando. De forma, que caso existam incertezas significativas, a administração deve divulgá-las de forma transparente. Como também foram encontrados riscos relacionados a estimativas contábeis advindas da vida útil de ativos imobilizados e necessidade de provisões para perdas, de recuperabilidade de ativos, incluindo contas a receber e estoques. Em síntese, destaca-se que a auditoria independente realizada nas entidades reforça a importância do cumprimento dessas normas e do gerenciamento eficiente dos riscos contábeis para garantir a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Quadro 8 - Riscos contábeis nas instituições

Tipo de Risco	Descrição	Impacto Potencial
Risco de distorção relevante	Possibilidade de erros ou fraudes nos demonstrativos contábeis.	Distorção das informações financeiras e possíveis penalidades legais.
Risco Financeiro	Influência de fatores econômicos, crédito, liquidez e regulação.	Oscilações de receita, dificuldade de captar recursos e exposição a crises econômicas.
Risco de continuidade operacional	Dúvidas sobre a capacidade da entidade continuar funcionando.	Necessidade de reestruturação financeira ou encerramento das atividades.
Risco de estimativas contábeis	Erros na previsão de vida útil de ativos, perdas e provisões	Ajustes contábeis inesperados, reduzindo confiabilidade das demonstrações.

Quadro 9 - Conformidade Contábil das Entidades do Terceiro Setor

Critério de Avaliação	Fundação Terra (2021)	IMIP (2022)	Amigos do Bem (2023)	Instituto JCPM (2022)	GAC-PE (2019)	Lar de Maria (2023)
Normas contábeis aplicadas (ITG 2002 R1, NBC TG 1000)	Sim	Sim	Sim	Parcial (Receita não reconhecida corretamente)	Sim	Sim
Auditoria Externa sem ressalvas	Sim	Não (Ressalva nos estoques)	Sim	Não (Opinião Adversa)	Sim	Sim
Demonstrações contábeis completas (BP, DRE, DFC, DMPL, Notas Explicativas)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle patrimonial adequado	Ajustes patrimoniais pouco detalhados	Falha no controle de estoques	Sim	Não (Imóveis e patrimônio líquido distorcidos)	Não (Terreno não registrado corretamente)	Estoques não controlados
Reconhecimento correto de receitas e despesas	Sim	Sim	Sim	Não (Receita imobiliária registrada incorretamente)	Sim	Sem detalhamento suficiente em subvenções
Segregação de receitas (com e sem restrição)	Sim	Sim	Sim	Não (Receitas de vendas registradas como caixa)	Sim	Sem segregação clara de subvenções
Liquidez e sustentabilidade financeira	Déficit no segmento social	Déficit operacional e dependência de repasses públicos	Sim (superávit e crescimento patrimonial)	Não (Prejuízo elevado e baixa liquidez)	Dependência de doações	Dependência de doações e convênios
Regularidade fiscal e trabalhista	Sim	Sim	Sim	Potencial passivo tributário devido à receita mal classificada	Sim	Sim
Transparência nas notas explicativas	Sim	Sim	Sim	Falta de detalhamento sobre correções patrimoniais	Sem nota sobre controle patrimonial	Falta de detalhamento sobre receitas específicas
Gestão de riscos contábeis e financeiros	Risco de continuidade operacional	Risco trabalhista e baixa liquidez	Sim	Alto risco financeiro e contábil	Falta de controle sobre estoques e patrimônio	Falta de controle sobre estoques

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quais são os procedimentos de auditoria independente que devem ser utilizados nas demonstrações financeiras de organizações do terceiro setor, com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis?” Essa foi a pergunta norteadora do presente estudo, que se baseou em algumas das principais Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TA), sendo elas: NBC TA 315, NBC TA 500, NBC TA 330, que tratam de avaliação de riscos, obtenção de evidências e resposta aos riscos identificados, respectivamente. Esses procedimentos garantem que as demonstrações financeiras das organizações do terceiro setor sejam transparentes, confiáveis e estejam em conformidade com a legislação e normas contábeis aplicáveis.

O presente estudo analisou as práticas de auditoria independente aplicadas em organizações do terceiro setor em Pernambuco, com foco na transparência, conformidade com normas contábeis e eficiência na prestação de contas. A pesquisa indicou que a atuação da auditoria independente pode contribuir para o fortalecimento da governança e da credibilidade das entidades, à medida que promove maior transparência e rigor na apresentação das informações contábeis, garantindo a correta aplicação dos recursos financeiros e aumentando a confiança de doadores e financiadores.

A análise realizada em seis entidades do terceiro setor na Região Metropolitana do Recife revelou que, embora a maioria apresente conformidade com as normas contábeis NBC TG 1000 e ITG 2002, algumas organizações ainda enfrentam desafios relacionados ao controle interno e à sustentabilidade financeira.

Os riscos contábeis também foram identificados como um ponto crítico, incluindo riscos de distorção relevante, riscos financeiros e de continuidade operacional. O risco de liquidez, a dependência excessiva de recursos públicos e a necessidade de maior planejamento estratégico são desafios comuns enfrentados pelas entidades analisadas. Além disso, a falta de detalhamento na composição das receitas e despesas pode comprometer a transparência e a eficiência na prestação de contas.

Diante desse cenário, recomenda-se que as organizações do terceiro setor adotem estratégias para aprimorar seus controles internos, diversifiquem suas fontes de financiamento e invistam na capacitação de seus gestores financeiros. A revisão

periódica das políticas contábeis e a implementação de boas práticas de governança também se mostram fundamentais para garantir a sustentabilidade e a perenidade dessas instituições.

No entanto, este estudo apresenta limitações, como a análise de um número restrito de organizações (seis entidades) e a utilização de dados majoritariamente públicos, o que pode limitar a profundidade da avaliação sobre os controles internos e práticas gerenciais adotadas. Para pesquisas futuras, sugere-se expandir a amostra, incluir organizações de diferentes portes e regiões, bem como realizar entrevistas com gestores e auditores, a fim de aprofundar a compreensão sobre os efeitos da auditoria independente na governança e sustentabilidade financeira das organizações do terceiro setor.

Por fim, conclui-se que a auditoria independente pode desempenhar um papel relevante na promoção da transparência e da responsabilidade no terceiro setor. O fortalecimento das práticas contábeis e a adaptação às novas regulamentações tendem a contribuir para que essas entidades mantenham seu impacto social de forma ética, eficiente e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO FILHO, Claudio Luis. **Benefícios da contabilidade e da correta evidenciação da informação contábil para a gestão das entidades do terceiro setor**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Anhanguera, 2022.
- ARTUZO, Claudia Regitz Montenegro. **O uso de sites e a captação de recursos online pelo terceiro setor**. Trabalho de conclusão do curso. Pós-Graduação de Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.
- ASSIS, Cristina Ferreira; MONTEIRO, Rhadson. Metodologias qualitativas e quadros de referência para a pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas. **Jures**, v. 16, n. 29, p. 1-28, 2023.
- BASTOS, Rodrigo Vaz Gomes. **Evidenciação das demonstrações contábeis e estado atual do nível de cumprimento da norma contábil aplicável às entidades do terceiro setor do Brasil: Importantes componentes de transparência**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.
- BORDIN, Vitória. **A contribuição do profissional de relações públicas ao terceiro setor**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Caxias do Sul, 2022.
- BORGES, Gustavo Oliveira. *Análise dos relatórios de auditoria independente do Cruzeiro Esporte Clube dos últimos três anos*. 2020. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: 69 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.
- CARVALHO, Anna Eurídice Gonçalves. **Aplicações dos princípios de Governança Corporativa em uma organização do terceiro setor**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Administração. Universidade Federal do Ceará, 2019.
- CFC, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 200 (R1), 05 de setembro de 2016. **Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1203.pdf>. Acesso em: 06 de mai. de 2024.

_____. NBCT 10, Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia**. Brasília: CFC, p. 257-264, 2006.

_____. **NBC TA 500. 2016**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em: 06 de mai. de 2024.

_____. **Código de Ética do Contador**. 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/C%C3%B3digo-IFAC.pdf>. Acesso em: 06 de mai. de 2024.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. Senac, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. São Paulo, Atlas SA, v. 9, 2016.

CUNHA, Alessandra de Moraes. **A utilização da contabilidade pelas entidades do terceiro setor: desafios e conformidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS, 2021.

DA CUNHA, Paulo Roberto et al. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 65-85, 2010.

DE MIRANDA, Raissa A. Mira Campos; DE OLIVEIRA, Neide Aparecida Arruda. Captação e Gestão de Recursos no terceiro Setor: sustentabilidade e transparência das Entidades do terceiro Setor. **Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia**, v. 3, n. 1, p. 154- 175, 2019.

DE OLIVEIRA LUCINDO, Pedro Victor; MARQUES, Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti; DA PENHA, Roberto Silva. Percepção dos gestores sobre a auditoria nas organizações do Terceiro Setor. **Revista de Administração**, v. 17, n. 31, 2019.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria**. Atlas, 2001.

GOMES, Keliane Barbosa. A contribuição da auditoria interna na gestão empresarial: uma revisão bibliográfica. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA**, v. 4, n. 03, p. 11-11, 2021.

HANSFORD, Thomas Almeida. **O papel da CVM na proteção de investidores em sociedades anônimas de capital aberto**. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

INNOCENTI, Renícia; GASPARETTO, Valdirene. Práticas de Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor: o desafio da gestão eficiente. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). **Boletim de Análise Político Institucional: Organizações da Sociedade Civil no Brasil**. Rio de Janeiro. Acesso: <https://www.ipea.gov.br>.

JORGE, Fernanda dos Santos. **Fatores determinantes da accountability no terceiro setor**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

LIMA, Erivaldo Santos de et al. **Auditoria interna no âmbito de um hospital filantrópico do Nordeste: um olhar para as glosas efetuadas**. *Revista de Administração em Saúde*, São Paulo, v. 24, n. 94, e378, jan./mar. 2024.

LIMA, Jenilson Fernandes de. **Auditoria externa nas entidades do terceiro setor: análise da percepção dos discentes do curso de ciências contábeis e gestores dessas organizações**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2019.

LOBO, Leislane Santiago. **Organizações do terceiro setor, fundamentos de governança e o financiamento privado: um estudo de caso na cidade de Salvador Bahia**. 2022.

MEREGE, Luiz Carlos. **Terceiro setor: a arte de administrar sonhos**. Editora Plêiade, 2009.

NETO DE MELO, F.; FROES, C. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. Estado contratual, direito ao desenvolvimento e parceria público-privada. **Parcerias público-privadas: um enfoque multidisciplinar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. Brasília Jurídica, 2004.

PEREIRA, Ivanise Franco. Organizações não-governamentais no Brasil: o terceiro setor numa nova era econômica, política e social. In: **Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2006.

PINHEIRO, Paulo Bekmessian; IUDÍCIBUS, Sérgio de; SALOTTI, Bruno Meirelles; GALEALE, Napoleão Verardi. **A materialidade aplicada para a divulgação de informações nas notas explicativas**. *Revista ENIAC Pesquisa*, Guarulhos (SP), v. 6, n. 2, p. 166-176, jun.-dez. 2017. Acesso em: 7 de julho.

PRANDO, Rodrigo et al. **Marketing para o terceiro setor**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2006.

REGINA KLEIN, Carla. Uma Análise Crítica do Discussion Paper: Principles of Disclosure do International Accounting Standards Board (IASB). **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 16, n. 5, 2023.

RIBEIRO, Renor Antonio Antunes. **O papel da auditoria interna na gestão de riscos em entidades do setor público de Portugal e do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal), 2019

ROLDÃO, Isabel da Silva Vieira. **A problemática da arbitrariedade na publicação da prestação de contas do terceiro setor**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, 2023.

SANTOS, Andressa Padilha dos. **Análise sobre a importância da estruturação financeira em organizações do terceiro setor na Serra Gaúcha**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Caxias do Sul, 2020.

SANTOS, Guilherme Augusto dos et al. **A Importância da Auditoria Interna para as Organizações**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade FacMais, 2021.

SANTOS, Thiago Magno Ribeiro dos. **Análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades do terceiro setor: estudo de caso na instituição Casa de Apoio à Criança com câncer Durval Paiva**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020.

SEGALLA, Pedro Henrique. **Auditoria externa: Um estudo de caso em uma empresa do terceiro setor de Uberlândia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

SILVA, Maria Helena Sá Ferreira Lopes da. **A auditoria e a gestão empresarial: o caso das empresas do distrito de Faro**. Tese de Doutorado. Universidade do Algarve, 2023.

SOARES, Ester Andrelise Daros. **O conceito de materialidade em auditoria no entendimento dos stakeholders das empresas de capital aberto da Serra Gaúcha**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015. Acesso em: 06 de mai. de 2024.

SOUZA, Herbert. **Ética e Cidadania**. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

ZANQUETTA, Mônica. **Auditoria interna de estoque quanto a utilização de controle interno nas indústrias de Sarandi-RS e região**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Passo Fundo, 2020.